

Densidade democrática na região Andina: Os processos de redemocratização e liberalização política nos países andinos da Aliança do Pacífico<sup>1</sup>.

Renata Peixoto de Oliveira<sup>2</sup>

Resumo:

O objetivo central deste trabalho é realizar uma análise introdutória dos processos de redemocratização e liberalização política que ocorreram no Chile, Colômbia e Peru entre as décadas de 1980-2000, visando destacar seus desafios políticos, institucionais e socioeconômicos, bem como averiguar as respostas e encaminhamentos dados por seus respectivos Sistemas Políticos na tarefa de construção e avanço de uma institucionalidade democrática nestes países em meio ao processo de realização e consolidação do modelo neoliberal.

Palavras-chave: Sistemas políticos Andinos, densidade democrática, processos de democratização, neoliberalismo, Política Comparada.

Abstract:

The central aim of this paper it's to realize a primary analysis concerning political democratizing and liberalization processes during the period of 1980-2000 in Chile, Colombia and Peru, considering political, institutional and socioeconomics obstacles, as well to identify the answers and procedures given by their Political Systems in the task of building and going forward on the democratic institutional framework in the middle of the implemented or advance neoliberal model in such cases.

Key-words: Andean Political Systems, Democratic density, democratization process, neoliberalism, Comparative Politics.

---

<sup>1</sup> Publicado no livro *Desafios democráticos latinoamericanos en perspectiva comparada*. Compilado por Juan Bautista Lucca, Renata Peixoto de Oliveira y Alfredo Fernández de Lara Gaitán. Rosario, UNR Editora, 2017. Pag 116-135. ISBN 978 987 702 211 7

<sup>2</sup> Cientista política, professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Correio eletrônico: renata.oliveira@unila.edu.br

## 1. Democracia e densidade democrática

Este artigo<sup>3</sup> procederá a uma análise comparativa introdutória entre os sistemas políticos do Chile, Peru e Colômbia com vistas a um conhecimento sobre suas instituições políticas e os processos de abertura ou liberalização de seus regimes políticos rumo a uma constitucionalidade democrática. Neste ponto, ganha relevo a noção de densidade democrática, no sentido de se averiguar o aprofundamento, consolidação e avanço de uma institucionalidade democrática. Por densidade, a acepção mais fidedigna ao termo pretende considerar não meramente questões que remetem a dimensão constitucional, procedimental, institucional e formal destes regimes democráticos, mas igualmente a capacidade destes regimes de atenderem demandas de ordem sócio-política e econômica. A partir disto, um regime com alta densidade democrática, apresentaria, por um lado, significativo avanço em sua constitucionalidade democrática, avanço em seu sistema de representação e mecanismos de participação política, observação e avanço quanto aos direitos civis e direitos humanos, institucionalização do sistema partidário e condições de governabilidade. Por outro lado, um regime densamente democrático, também incluiria uma dimensão socioeconômica, inclinada na garantia do bem-estar social, na qualidade de vida, no desenvolvimento socioeconômico, na inclusão política e social de setores marginalizados da sociedade.

Levando-se em consideração que as democracias contemporâneas conformaram-se a partir da fusão dos pressupostos da Democracia e do Estado Liberal, de acordo com Sartori (1994), ao discutir as confusões conceituais em torno da Democracia Liberal, temos que esta última tem por objetivo combinar elementos constituintes da democracia em sua origem e do liberalismo, a saber, liberdade e igualdade.

Estamos diante de um regime político pautado pelo chamado princípio da maioria que estabelece quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos. Além disso, como o Estado Liberal é o pressuposto histórico e jurídico da democracia moderna somam-se as demais características, direito de liberdade religiosa, associação, expressão e opinião. Ainda cabe ressaltar características institucionais como o mecanismo de representação política e a divisão tripartite de poder. (Bobbio, 1986).

---

<sup>3</sup> Uma versão prévia deste trabalho foi apresentado na mesa Claroscuro de la política y la democracia Latinoamericana. Organizada pelo DALC-ALACIP e o CESPI-AMÉRICA DO SUL (UNILA) no XII Congreso Nacional y V Congreso Internacional sobre Democracia, organizado pela Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de Rosario. Rosario, 12 al 15 de Setembro de 2016.

Ao teorizar sobre a democracia, Robert Dahl propõe sua teoria sobre a Poliarquia, regimes democráticos (e liberais) reais cujo desenvolvimento permite a rivalidade e competição entre governo e oposição, além de assegurar a *responsiveness* do governo perante os cidadãos e a possibilidade de inclusão e participação política destes últimos.

Muito além das meras conceituações, estas e outras teorizações no âmbito da tradição da Teoria Democrática, não impedem a constatação de dificuldades e desafios aos regimes democráticos. O próprio Dahl reconhece que dificilmente encontra-se algum regime político que satisfaça plenamente todas as condições para a Poliarquia. De igual maneira, compartilhando as mesmas concepções com os elitistas democráticos, também os pluralistas percebem a democracia como um método de seleção de governos e o eleitorado como despreparado e influenciável. O mesmo ocorrendo com Bobbio em *O futuro da Democracia* já que chama atenção para as falhas do regime democrático como, por exemplo, o poder invisível, os espaços de poder limitado, a existência de disputas de interesses, a persistências das oligarquias, além de obstáculos que ocasionaram aquelas falhas como o próprio crescimento do aparato burocrático, questão amplamente explorada na obra Weberiana.

Outras correntes democráticas também direcionam críticas e apontam falhas no regime democrático e liberal, como, por exemplo, a tradição marxista, o debate sobre democracia participativa, ou o debate comunitarista, marcado por uma visão mais radical em sua contraposição a visão liberal. Em diferentes visões de democracia, dimensões que não são meramente institucionais ganham destaque já que aspectos substantivos trazem à tona a dimensão material além de aspectos concernentes a participação e comunicação políticas em sociedades democráticas.

Na América Latina, região com amplo histórico de regimes autoritários civis e militares e com profundos dilemas deixados pela herança da colonização e pelos desafios do processo de Formação do Estado Nacional, esta discussão também ganha relevo. Acontece que nas últimas décadas, teve destaque o debate ao redor dos processos de transição democrática e da questão da consolidação dos regimes democráticos dos países da região. Esta discussão, notadamente, implica em um viés institucionalista de análise, além de apresentar alguns problemas de rigidez analítica e de um pretense determinismo. Esta afirmação se refere ao fato de que se parte de determinados pressupostos que estabelecem um ponto de chegada a ser atingido por regimes democráticos seguindo parâmetros e modelos de democracia de sociedades do capitalismo avançado. Diante disto, existiriam determinados critérios a se observar quanto aos aspectos institucionais, todos forjados a partir de uma determinada realidade sociopolítica e cultural que não nos pertence, além de sugerir que a partir de um determinado ponto estes regimes estariam consolidados.

Vitullo (2007) chama atenção para as limitações existentes nos chamados trabalhos sobre a “transitologia” ou “consolidação” democrática, diante do seu enfoque institucionalista que entende a democracia enquanto mero jogo estratégico das elites nacionais apresentando experiências com características e duração consideravelmente variáveis e incertas. Para este autor, a democracia deveria

ser entendida enquanto processo e não como ponto final, devendo ser analisada enquanto um processo resultante de lutas sociais e disputas permanentes.

O debate aqui proposto acaba por suscitar discussões que giram em torno da qualidade do regime democrático de maneira que permita um olhar que considere aspectos institucionais, mas que também se atende a outras dimensões inerentes ao debate sobre as democracias contemporâneas. E mesmo quando atentando aos aspectos institucionais não se trata aqui da mera consideração de uma engenharia institucional isolada, mas da capacidade de processamento, atendimento as demandas e representatividade de todo um sistema político perante as crises, os conflitos, os embates existentes naquelas sociedades.

A noção aqui proposta de densidade democrática implica na percepção destas distintas visões, diferentes variáveis e múltiplas dimensões que nos permitiriam perceber como os Sistemas Políticos de nossas jovens democracias processam estas demandas e dão um retorno a questões fundamentais. Em sociedades como as nossas e, especificamente, em se tratando dos três casos aqui propostos para análise se faz mister considerar um amplo debate sobre a democracia, os dilemas da transição democrática e os desafios da construção das bases de um regime democrático. Densidade nos leva a percepção de consistência, algo espesso e volumoso. Pensar em densidade democrática consideraria pensar na consistência destes regimes democráticos, no emaranhado de características que nos levaria a perceber seu volume. A análise seria multifacetada por observar dimensões diversas desde a institucional, econômica e social, por exemplo.

Obviamente a análise se torna mais complexa quando da necessidade de se considerar muitos aspectos, mas estes estudos podem servir a dar uma visão panorâmica que suscitaria um debate aprofundado em determinados temas.

No que se refere a este artigo em específico, a discussão estará centrada em uma primeira etapa de análise desta empreitada de investigação condizente aos aspectos político-institucionais que marcaram os processos de transição democrática no Peru, Chile e Colômbia.

## 2. Constitucionalidade e institucionalidade democrática nos casos de transição democrática pretendidos.

Na América Latina, durante o contexto geopolítico da Guerra Fria, as ditaduras militares foram instauradas em diversos países da região como forma de se conter o avanço comunista e de superação de políticas consideradas populistas. Os três casos aqui propostos para análise podem ser considerados bastante peculiares no que tange algumas características centrais de seus sistemas políticos e de seus regimes durante o período que se estende do final dos anos 1960 até a década de 1980-90.

De acordo com o sociólogo chileno Antônio M. Garretón (1997:03) o que convencionamos designar como processos de transição ou redemocratização na América Latina poderia exemplificar a terceira onda de democratização conforme caracterizada pela célebre análise de Samuel Huntington.

Basicamente, como exemplificado por Garretón, existiriam três tipos de processos, um primeiro marcado pela fundação e inauguração democrática travada na luta contra as oligarquias; um segundo marcado pela transição de regimes autoritário-burocráticos para regimes democráticos e, por fim, a experiência de abertura e liberalização de regimes que não poderiam ser classificados como necessariamente ditaduras civis ou militares.

Destes processos, poderíamos localizar a transição Chilena e Peruana em um segundo tipo, de processos recentes oriundos da passagem de regimes autoritários modernos para regimes democráticos enquanto a Colombiana seria mais aplicável a conceituação de um processo marcado pelo aprofundamento e extensão da liberalização política em regimes semi-autoritários ou de democracia restrita.

Contudo, o próprio Garretón reconhece a complexidade deste tipo de análise diante das peculiaridades de cada um dos processos, suas mesclas, contradições e incompletudes. Assim, inicialmente, já é possível destacar elementos que por si mesmos justificam a escolha dos três casos, no tocante a avaliação de seus regimes democráticos em termos de densidade, como veremos no decorrer do trabalho.

Para Garretón (1997:03-04), mesmo considerando o caso chileno o de um processo de redemocratização via transição por ser considerado um processo incompleto, apresentaria, posteriormente, ou seja, no período pós-autoritário a característica de um processo de extensão e aprofundamento, semelhante ao do terceiro tipo. O caso colombiano seria um típico caso a ser classificado no terceiro tipo de transição, já que não existiu a passagem de um regime autoritário para um democrático. No que diz respeito ao caso peruano teríamos uma típica transição de regime autoritário para democrático, mas com um período democrático marcado por um regresso, um retrocesso autoritário civil característico do período Fujimori.

Se ainda considerarmos o fato de que estes países realizaram seus processos de transição paralelamente ao avanço do neoliberalismo, já marcado por um cenário de exclusão social e violência (Peru e Colômbia com ações de grupos terroristas), se torna muito mais desafiadora a tarefa de avaliar a densidade democrática destes regimes.

Nas próximas páginas, nos centraremos nos principais aspectos concernentes aos seus Sistemas Políticos, com especial atenção, para seus processos de redemocratização e aprofundamento democrático, com vistas a compreender como, a partir de sua institucionalidade e constitucionalidade democrática pode-se proceder a avaliação da densidade destes regimes democráticos.

A experiência militar chilena (1973-1990) significou para muitos o êxito do modelo neoliberal, ao passo que a experiência pós-democrática de mais de vinte anos dos governos da *Concertación*, teria significado o caminho de uma democracia estável.

É preciso antes considerar a existência de diversos mitos quanto ao modelo exitoso representado pelo Chile, no que tange o objetivo principal deste projeto, a análise da densidade democrática de seu regime e sua relação com seu modelo de desenvolvimento econômico.

Quanto ao caso Chileno é essencial destacar o fato de que o sistema político deste país encontrava-se estável desde a década de 1930, além de ser caracterizado por um Sistema Partidário enraizado, com definições claras quanto ao espectro ideológico ocupado pelos partidos, tendendo-se à moderação e condições de governabilidade. É com a chegada do primeiro presidente socialista, eleito democraticamente, Salvador Allende (1970) que o sistema político enfrenta um grande período de instabilidade política, tendência a polarização, crescimento da oposição (interna e externa ao governo) e grave crise econômica. Em 1973, um golpe militar apoiado por setores civis e, contando com o apoio dos Estados Unidos da América, leva o presidente ao suicídio e mergulha o país em 17 anos de ditadura. Basicamente, as características deste regime militar podem ser tidas como de uma ditadura personalista, posto que em que pese o fato de haver existido uma junta militar, o general Augusto Pinochet, alijou seus aliados do poder situando-se na condição de presidente de fato. A ditadura militar pinochetista foi marcada por uma grande repressão, milhares de torturados e desaparecidos, pelo fim da atividade política dos partidos e pela realização de reformas econômicas de cunho liberalizante.

A “revolução” política de Pinochet não é tão conhecida, mas reformou a política chilena. Foi marcada pela dissolução do Partido Nacional, em si uma fusão dos Partidos Conservador e Liberal, os dois partidos tradicionais da direita aristocrática e oligárquica. (...) Cada vez mais, o gremialismo, movimento da direita estudantil católica contra a revolução chilena de 1970-73, assumiu o seu lugar. Forjada na luta extraparlamentar contra Allende, em sua grande parte ocorrida nas ruas, esta “nova direita” era agressiva, autoconfiante, ideológica e confrontadora (...) cujo objetivo era a desmobilização e despolitização da sociedade chilena (...). Foi uma base criada para um neopopulismo de direita destinada a criar um apoio popular para Pinochet, começando com o referendo de 1980 sobre sua constituição autoritária (...). Esta constituição autoritária representava a institucionalização do projeto da ditadura de “reedificação nacional” sobre princípios diferentes dos da democracia chilena que haviam conduzido à revolução socialista de Allende. (Winn, 2010: 193-94)

É, portanto, elementar neste debate destacar o fato de que o regime procurou se legitimar através de uma carta constitucional que foi referendada por consulta popular e que previa a permanência do ditador caso o mesmo vencesse um plebiscito previsto para o ano de 1988. Ao contrário de outras ditaduras militares da região, esta foi marcada por um forte traço centralizador e personalista, por níveis de repressão sem precedentes e pelo total desmonte da máquina estatal através da mercantilização da vida social e despolitização da sociedade chilena. O plebiscito previsto foi realizado em 1988, e por uma margem estreita de votos o “Comando por El No”, agremiação de partidos políticos de centro e de esquerda, venceu o pleito colocando ponto final no regime ditatorial.

“No processo, foi criada a poderosa aliança política que dominaria a política chilena nas duas décadas seguintes: a Concertación por la Democracia, que seria uma aliança de centro-esquerda, como a Unidade Popular. A Concertación se concentraria em torno dos democratas-cristãos e dos socialistas, inimigos na era pré-golpe, mas aliados na democracia restaurada da década de 1990, e as políticas que iriam buscar implantar consolidariam a “revolução” neoliberal de Pinochet, em vez de restaurar “as mudanças”, quer da “revolução em liberdade” da década de 1960 dos democratas-cristãos, quer o “caminho democrático para o socialismo” da década de 1970 da Unidade Popular. Também significaria o fim da aliança socialista comunista que havia conduzido a esquerda ao poder em 1970, e a marginalização do Partido Comunista em um sistema eleitoral binominal singularmente não democrático, constituído de “senadores biônicos”, e construído pelos conselheiros de Pinochet para dar à direita a o controle do Senado e um poder de veto sobre a legislação caso uma maioria de chilenos votasse nos candidatos da Concertación, um dos vários “bolsões autoritários” que limitaram a restauração da democracia chilena durante a década de 1990”. (Winn, 2010:200-01).

A transição chilena foi altamente pactuada e controlada pelas elites que estavam no poder, ou seja, a negociação política previa uma transição que, em verdade, mantivesse o poder político das Forças Armadas e de setores da direita que apoiaram o regime anterior. O próprio marco legal em vigor, a constituição de 1980, incluía mecanismos que favoreciam a manutenção do status quo político e econômico vigente até então.

De acordo com Solimano, (2012,83:99) a democratização legitimou o modelo econômico adotado pela ditadura Pinochet, bem como o próprio crescimento econômico apresentado legitimou a recente democracia, posto que a aceleração do crescimento pudesse ser creditada à estabilidade política.

Este modelo de democracia protegida (1990-2005) que realizou modestos avanços rumo a uma institucionalidade democrática após a transição apresenta-se enquanto um modelo marcado pela desigualdade de distribuição de riqueza e ingressos e com a existência de setores vulneráveis às crises. A agenda social dos governos de centro-esquerda não buscaram soluções para os problemas estruturais e persistiram em políticas focalizadas.

A sociedade chilena ainda é marcada por grande concentração de poder em poucas corporações, em uma economia notadamente dependente dos recursos naturais e com grande concentração geográfica. Como resultantes da combinação regime ditatorial e neoliberalismo, a própria relação entre o Estado e a sociedade foram profundamente alterados pela grande desmobilização política e por uma cultura do alto consumo e orientada ao mercado.

De acordo com o especialista Antônio Manuel Garretón, (2010;110:119) o estado da democracia chilena deveria ser compreendida em suas três distintas dimensões, a saber, constitucional, eleitoral e cidadã. No que diz respeito a dimensão constitucional o autor afirma tratar-se de uma democracia incompleta na qual a herança institucional do regime militar, também conhecidos como enclaves autoritários, garantiram uma democracia com funcionamento débil. Cabe destacar que apesar de

algumas reformas realizadas, o Chile ainda possui a mesma carta constitucional do regime autoritário, datada de 1980. Quando analisamos a dimensão eleitoral da democracia chilena, Garretón salienta as implicações negativas do modelo binominal que até 2015 favorecia os partidos de Direita, distorcendo a representação. Quando tratamos da dimensão cidadã, a grande desigualdade econômica associada a uma grande dificuldade na capacidade de exercício dos direitos civis, políticos e sócios econômicos em um regime que não prima por mecanismos de participação popular, se torna um profundo obstáculo para a consolidação de um regime democrático.

Peter Siavelis (2009, p.5-7), retoma a análise de Garretón sobre os enclaves autoritários e reflete sobre a existência de enclaves de transição, medidas que não apenas configurariam como prerrogativas reservadas aos atores políticos do regime ditatorial, senão aqueles que se referem a prerrogativas que favorecem as elites e atores da transição, no caso, a própria *concertación para la democracia*. Para o autor, existem mecanismos para perpetuar a condição destes atores e elites no poder, além de não se avançar significativamente no que diz respeito a uma reforma política e uma reforma econômica que rompa em definitivo, com o regime militar que os precederam no poder. De acordo com Siavelis, estes enclaves seriam o “cuoteo” que visa garantir ampla representação partidária no governo através da divisão de ministérios entre os partidos da coalizão; também o sistema binominal que garantia o controle da elite política na seleção dos candidatos já que a escolha deles se dava por meio de listas conforme a probabilidade de se levar uma ou duas cadeiras; além disso, o autor destaca a dominação de determinados partidos políticos no poder (espécie de partitocracia); também a formulação de políticas elitistas extra institucionais através de um pacto transversal com grupos de poder que debilita o congresso nacional; e, por fim, a chamada intocabilidade do modelo econômico já que o fato de não se ter avançado nesta matéria manteve as elites atuais tranquilas quanto ao processo de redemocratização sem preocupação com uma reação dos militares e setores da direita (p.08-17).

Destes enclaves, apenas aquele que se refere ao sistema eleitoral binominal deixou de existir recentemente, após ter beneficiado as grandes coalizões partidárias garantindo a estabilidade política. Sobre seu modo de funcionamento, nos esclarece Vásquez (2006:02): o país se divide em 60 distritos com dois deputados cada e 19 circunscrições que também elegem dois senadores. Cada pacto eleitoral leva dois candidatos e se um pacto eleitoral conseguir dobrar o número de votos do seu oponente leva as duas cadeiras, caso isto não ocorra se repartem as cadeiras.

Inicialmente, a tendência era de favorecer a direita no período pós-democratização, mas este mecanismo acabou engessando a prática de escolhas de candidatos e favorecendo alguns grupos mesmo dentro da coalizão de centro-esquerda, a coalizão governista.

Caso observemos a análise feita por Aguero & Tironi (1999) percebemos algumas características da política chilena pós-transição que reforçam os enclaves de transição destacados por Siavelis (2009). Estes autores analisam o sistema partidário chileno na tentativa de observar se análises que creditam a continuidade do sistema partidário precedente ao golpe de 1973 teriam validade. Mesmo observando a



existência dos mesmos atores pré-1973 na articulação do retorno à democracia a partir da campanha pelo “não” em 1988, eles reconhecem a conformação de outro tipo de clivagem social com impacto para a preferência do eleitorado. Segundo eles, anteriormente, as clivagens operavam em dois eixos, sendo eles, religiosidade e fissura de classe, a partir de 1988 as fissuras correspondem ao binômio pró-ditadura x redemocratização. Desde então, as polarizações eleitorais não mais se conformariam em torno de partidos, mas de grandes coalizões em um sistema tendente ao bipartidarismo, em que cada coalizão remete a polarização em torno de uma agenda da direita pinochetista e outra da esquerda que aglutina os atores políticos que se engajaram pela luta democrática no país. Para eles, seria esta característica uma das responsáveis pela manutenção da *Concertación* no poder há mais de duas décadas. O processo de transição para a democracia no Chile é incompleto e deficitário, marcado por uma transição pactuada e negociada com a direita e os militares para a manutenção do modelo econômico e de prerrogativas e privilégios da classe dirigente do regime autoritário precedente. O processo em si foi marcado pela existência de diversos mecanismos institucionais próprios da constituição autoritária de 1980 e reforçados com a reforma de 1989 que seguiu a realização do plebiscito que deu fim ao governo Pinochet, para garantir um processo de redemocratização protegido. Na medida em que a redemocratização seguiu e algumas reformas constitucionais foram sendo realizadas, em que pese sua relevância, como a abrangente reforma realizada durante o governo de Ricardo Lagos em 2005, foi se estabelecendo o engessamento da política chilena com a consolidação da coalizão governista no poder por mais de vinte anos. Na atualidade, configura-se um clima de crise de representatividade do Sistema de Partidos e de falta de legitimidade das elites políticas, em meio aos poucos avanços em termos de seguridade social; acesso a serviços públicos gratuitos, redistribuição de renda e menores desigualdades de ingresso. A compreensão desta crise nos leva não meramente a apontar os elementos conjunturais que desvendam o desgaste da coalizão no poder, mas nos leva, antes, a nos debruçar sobre os aspectos que marcaram o próprio processo de transição para a democracia na década de 1990. Uma transição incompleta nos leva a uma democracia pouco densa, frágil, limitada em vários aspectos. Aqui ganha relevo a interpretação de Antonio Garretón sobre os tipos de transição, percebendo que no caso chileno teríamos, em verdade, um processo transitório seguido por uma busca de aprofundar a democracia, tendo em vista as falhas da fase de redemocratização. Talvez o período que compreendeu o governo de direita de Piñera e de centro-esquerda de Bachelet (2010-2016) seja exemplar do fim da transição chilena, pelo menos, dentro da perspectiva mais clássica de transição de um regime autoritário a um regime democrático. Contudo, este fim não se deve ao sucesso deste processo, mas a seu fracasso, já que o período destinado a ele consolidou e cristalizou um regime democrático limitado, marcado pela manutenção do status quo e dos privilégios da classe política, com poucos avanços na área econômica e social e grandes dificuldades no que tange aos aspectos institucionais deste regime. A transição ocorrida foi de um regime autoritário para uma espécie de semi-democracia, um regime de baixa densidade

democrática. O desafio atual é realizar a definitiva abertura política na construção de um regime democrático de fato.

No que tange o caso Colombiano, pensar sua especificidade política, antes nos leva a própria reflexão sobre o próprio Estado Colombiano. O histórico de violência e guerras no pós-independência e a estrutura débil dos Estados Latino-Americanos, já explicariam bem a questão. No tocante ao caso Colombiano, cabe mencionar os seguintes elementos que se destacam em seu processo de Formação do Estado Nacional: poder central e exército débil, falta de capacidade financeira e de burocracia profissional, incapacidade de controle direto do território e da violência (Villa, 2010). O mesmo autor ainda considera as consequências de conflitos internos como a Guerra civil de 1811, ou seja, a Primeira Campanha do Sul, e o conflito de 1899-1902, conhecida como a Guerra dos Mil Dias. O resultado foi a inevitável fragmentação do Estado que levou a uma incapacidade das elites de avançar rumo a um projeto de Estado Nacional.

Os conflitos políticos colombianos também estiveram desde sempre matizados pela disputa entre os dois principais partidos, a saber, o Partido Conservador e o Partido Liberal (Trujillo, 2013). O partido conservador teve seu auge no século XIX, e seu período de hegemonia nas primeiras décadas do século XX, quando a economia cafeeira estava em grande expansão. Em seguida, de 1930-1946, destacou-se o período de ascensão e controle por parte do partido liberal. Esta ascensão se deu após um período de forte urbanização e modernização da sociedade colombiana na década de 1920, o que foi intensificado na década seguinte no governo Lopez Pumarejo que levou adiante sua Revolução em Marcha, marcada por reformas sociais.

O marco decisivo para as décadas que se seguiriam, seriam as eleições presidenciais de 1946. As eleições foram vencidas por Ospina Perez, um conservador moderado, contando também nesta disputa com Jorge Eliezar Gaitan, um liberal dissidente e Gabriel Turbay, do oficialismo liberal. Dois anos após o pleito eleitoral, Gaitan foi assassinado. Como se tratava de um político com forte apelo popular, sua morte gerou fortes manifestações e tumultos na cidade de Bogotá o que ficou conhecido como Bogotazo. A violência se generalizou por todo o país.

Villa (2010) assinala as distintas fases da violência política que tomou conta do país, depois da fase que se seguiu à morte de Gaitán. Inicialmente, tivemos o período de 1954 a 1964, marcado por motins e sabotagens; em seguida, o período de 1964 a 1989-91, marcado pela ação do movimento guerrilheiro, por fim, o período da década de 1980, marcado pela ascensão dos carteis de tráfico de drogas e da ação de grupos de paramilitares. Assim, temos que a violência partidista, desembocou em um período marcado pelas guerrilhas e, finalmente, pela atuação dos narcotraficantes. Aqui é elementar enfatizar que o período de *la violencia* foi marcado em seu início pela ascensão de um regime militar, o do general Rojas Pinilla (1953-57) e, pela construção posterior de um regime democrático, em realidade uma partidocracia baseada em um pacto bipartidarista entre os dois principais partidos.

“Así después de la época de la violencia (1946-1958) y la casi-dictadura de Gustavo Rojas Pinilla, se impulsó un gobierno civil por medio de una serie de pactos aprobados en un plebiscito en los cuales los líderes de ambos partidos se comprometieron de manera conjunta y exclusiva, en lo que se llamó el régimen de la Frente Nacional. Los pactos consociacionistas establecieron la paridad en los cargos del gobierno de ambos partidos y la alternación en la presidencia por un período que finalmente se extendió por dieciséis años. Durante los años del Frente Nacional se consolidó un bipartidismo perfecto, y aunque el Frente Nacional tuvo éxito en reducir la violencia partidista y sentar las bases para el desarrollo económico, los costos fueron demasiados altos. Se cerraron los espacios institucionales a movimientos distintos a los partidos tradicionales se deterioraron considerablemente la solidez organizativa de los partidos y su legitimidad como resultado de la eliminación de la competencia inter partidista, sobre todo en la rama legislativa” (BLEIER & ARÉVALO, 2004.p.53)

Este pacto se estabeleceu até 1974, quando este regime político começou a erodir, dando espaço a um sistema partidário fragmentado e um sistema político débil, diante do poder paralelo dos carteis e diante do acirramento de atos terroristas no país.

Se na década de 1960 a violência política foi marcada pelo surgimento das guerrilhas de esquerda, nas décadas seguintes a violência ganhou novos atores como ademais dos grupos guerrilheiros, como os narcotraficantes e os paramilitares. É deste período que se constata a origem de grupos como o M-19, o ELN e as FARC (Villa, 2010).

Em 1982, teve início o processo de paz propugnado pelo governo do conservador Belisário Betancur, mas em que pese alguns esforços, a década de 1980 foi marcada por profunda instabilidade política e colapso das instituições. Exemplares foram os acontecimentos que marcaram a tomada do Palácio de Justiça pelo M-19 em 1985, atentado que deixou um saldo de mais de noventa mortos entre os mais de trezentos reféns (Trujillo, 2013). Outro exemplo foi uma série de assassinatos políticos que marcaram as eleições presidenciais de 1989, com um saldo de quatro candidatos presidenciais mortos. Esta onda de violência que marcou esta campanha eleitoral foi alavancada pelo chefe do cartel de Medellín, Pablo Escobar. Naquele período o aparato judicial colombiano entrou em colapso, o Estado praticamente desmoronou em sua falta de capacidade de manter a ordem e a sociedade civil se debilitou. Até mesmo na área econômica existia uma sensação de fracasso, diante de um modelo que já se acreditava ter esgotado, mesmo diante do fato de que este país nunca tenha levado de maneira incisiva um modelo desenvolvimentista como outros países da região. Diante do caos político saiu vencedor no pleito presidencial de 1989 o presidente Cesar Gaviria, também do Partido Liberal, o mesmo do principal candidato Luís Carlos Galán que havia sido assassinado. Os desafios e propósitos do presidente Gaviria eram muitos, dos quais se podem destacar os seguintes: aprofundar a democracia e levar adiante uma assembleia constituinte para criar novas instituições; ampliar a economia de mercado estabelecendo um modelo misto, moderado, de abertura econômica; reforma do Estado para recuperar o monopólio da justiça (Pizarro & Bejarano, 1994.p.16).

A reforma constitucional foi levada adiante culminando com a Constituição de 1991, das mudanças político-institucionais que podemos assinalar algumas mudanças e impactos, De acordo com Pachón (2010) podem-se destacar o estabelecimento de mecanismos de participação direta e de iniciativa popular, além da descentralização política e administrativa com restrições ao poder discricionário do executivo, o que garantiu presidentes enfraquecidos desde o ponto de vista da governabilidade. O enfraquecimento do executivo foi equilibrado pela manutenção de sua exclusividade em matéria orçamentária. Além disso, temos o rompimento com o Regime da Frente Nacional que também levou ao fracionamento do sistema Político e a dificuldade de se formar organizações políticas com agenda moderada e até a inexistência de partidos programáticos. O processo de reforma constitucional trouxe avanços e mudanças, mas também se viu impactado pela conjuntura política conturbada daquela época marcada pela violência e corrupção.

Um dado curioso e instigante da política colombiana é justamente o fato de que, apesar da extrema violência política, da existência de poderes paralelos, da ineficiência do Estado para controlar seu território, existe um histórico de estabilidade político-institucional, no sentido de não termos presenciado crises que culminaram com golpes e regimes de exceção de longa duração. A Colômbia apresenta-se na região como um país que em grande parte de sua história gozou de um regime democrático, paralelamente a graves problemas de representação, violência política e violação de direitos humanos.

No caso colombiano, temos um grave problema para a densidade democrática diante da constatação de diversos obstáculos do ponto de vista institucional e político-social. É importante frisar que desde o final da década de 1940 o país está mergulhado em uma verdadeira guerra civil que apresentou distintas fases, atores e nuances da violência política. Com o objetivo de se contornar esta situação, inicialmente tivemos a ditadura de Rojas Pinilla na década de 1950 e, posteriormente, a construção do regime da Frente Nacional. Evidencia-se no caso colombiano a construção de um Sistema Político que se mostrou estável e de um regime democrático duradouro, mas que em verdade não apresentava nenhuma densidade, não sendo capaz de dar vazão aos conflitos políticos, de processar as demandas socioeconômicas e políticas de diferentes atores e de se firmar enquanto representativo das cisões e divergências que marcarvam a sociedade colombiana. Anterior ao próprio problema sobre governabilidade ou estabilidade de um determinado regime político, na Colômbia existe um histórico de deficiência de capacidade de *enforcement* do Estado. A solução encontrada de se construir um regime partidocrático, baseado na alternância no poder de dois grandes partidos políticos convergentes à moderação, não solucionou os problemas políticos do país, talvez tenha exacerbado os mesmos, já que opiniões, programas e atores considerados mais radicais não encontram espaço de representação política. Em verdade, a política na Colômbia foi se fazendo extra institucionalmente e contanto com atores políticos de diversas naturezas, muitas vezes, associados a atividades ilícitas. Na base deste processo, uma população refém do medo, sem capacidade de vocalizar suas demandas políticas pelas

vias institucionais e, impactada por políticas econômicas excludentes. Mais do que se perguntar se a Colômbia seria um Estado sem democracia, em verdade teríamos que refletir sobre o fato de ter sido durante décadas uma democracia sem Estado. O regime da Frente Nacional foi uma tentativa de se manter, minimamente, o ordenamento jurídico, mas com um grave prejuízo para a democracia de fato. Durante a década de 1980 e 1990, com o desmoronamento deste pacto político houve a tentativa de se avançar em dois sentidos, estabelecer as capacidades do Estado e construir um regime democrático. A transição pretendida significava em verdade inaugurar o regime democrático.

Na contemporaneidade, o grande dilema em termos de densidade democrática na Colômbia reside no fato de que se faz necessário resgatar o Estado, em diversos sentidos, do ponto de vista militar-estratégico, político e econômico. Ao mesmo tempo, deve-se estar atento à construção de um regime democrático que seja representativo das cisões sociais que compõem aquela sociedade.

A política peruana é marcada por um histórico de grande presença dos militares na vida política do país e com uma cultura política autoritária bastante arraigada. Ainda chama atenção a fragilidade das instituições políticas em um cenário marcado por profundas desigualdades regionais e socioeconômicas. Para a compreensão de seu regime democrático é preciso conhecer um pouco de sua história política nas últimas décadas, já que isto nos permite entender melhor o funcionamento de seu sistema político contemporâneo.

No caso peruano, daremos início à discussão a partir de meados do século XX, ou seja, após o chamado “ochenio” de Manuel Odría (1948-1956), ditadura marcada por forte repressão aos opositores e pelo avanço da liberalização econômica, seguiu-se um período conhecido como “intermédio democrático” que se estendeu desde então até o ano de 1968. A crise política passa a se instaurar em decorrência dos resultados eleitorais de 1962 que consagraram vitorioso o candidato Belaúnde Terry da Acción Popular. Este governo sofreu com o acirramento da oposição dos partidários de Odría, que tentara chegar novamente a presidência como candidato neste pleito. Além disso, também enfrentou grande oposição dos militantes apristas, mais a esquerda do espectro político ideológico e que participaram daquelas eleições com a candidatura de Haya de la Torre. A oposição organizada nestas duas frentes paralisou as propostas do governo no parlamento, incluindo sua proposta de Reforma Agrária (1964). O período ainda foi marcado pelo surgimento das guerrilhas, por uma crise cambial e pelo incremento da dívida externa.

Em 1968, foi realizado um golpe de Estado que deu início ao regime conhecido como Governo Revolucionário das Forças Armadas (1968-1980) dividido em duas fases, a primeira do governo de Velasco Alvarado e a segunda de Morales Bermudez. A primeira fase teve características mais nacionalistas, corporativista e autoritário enquanto a segunda fase foi marcada por uma política de abertura econômica, repressão à esquerda e maior alinhamento em torno dos interesses dos Estados Unidos na região.

“ El nuevo rostro del militarismo quedaba definido así, convirtiendo al militar profesional en un agente político, al cual se atribuía el renovado papel de colaborar activamente en el desarrollo nacional; ya no se trataba de actitudes personales respaldadas por sectores militares o civiles, sino de la conversión institucional de las fuerzas armadas en un influyente \_el de más peso\_ sector político del país.(...) Convencidos de ser un eficaz instrumento de la historia, y con el respaldo y el apoyo a sectores civiles, los miembros del gobierno militar usaron los recursos, las instituciones, y también a las personas; la administración pública pasó a ser un instrumento de un plan a elaborarse en la institución castrense. Como resultado de la aplicación de esos criterios, se produjo una desnaturalización, tanto de la función constitucional de las fuerzas armadas, como de la función pública, deteriorándose en términos profesionales la última, burocratizándose y convirtiéndose en una ente ineficaz donde el discurso “revolucionario” suplantaba la realidad. Eso debilitó al Estado peruano, como se vio después. (Pease, pag.2003.p.244.)

Quanto a experiência Peruana temos que o retorno à democracia ocorreu quando da transição política anunciada no governo do General Francisco Morales Bermudez a finais da década de 1970. Esta transição teve início com a convocação de uma assembleia constituinte, presidida pelo líder histórico aprista Haya de la Torre. Em 1979, foi promulgada a nova constituição e eleições diretas foram convocadas para o ano seguinte.

A transição democrática peruana foi marcada por instabilidades geradas pelo avanço das reformas liberalizantes no campo econômico e pelas ações dos movimentos guerrilheiros.

O primeiro governo civil foi, justamente, presidido por Belaúnde Terry da Acción Popular. Foi Belaúnde o presidente derrubado pelo golpe militar de 1968. Seu período (1980-85) foi conturbado pela forte ação do grupo Sendero Luminoso, pelo surgimento do Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) que se associou ao narcotráfico e pela ocorrência da crise da dívida na América Latina (Renique, 2009).

Em seguida, teve lugar o governo do líder aprista Alan Garcia (1985-1990), que inicialmente não aceitou as imposições do FMI e apresentou bons resultados econômicos em seu segundo ano de governo. Quando a crise financeira deu sinais o presidente anunciou a estatização dos bancos, a crise acelerou com a alta da inflação e o governo recorreu ao FMI. Por fim, lançou um pacote econômico neoliberal chamado de *Plan Cero*, conhecido também como *Paquetazo*. A adoção deste plano teve sérios impactos sociais.

O início da década de 1990 foi marcado pela ascensão política a presidência da República de um engenheiro outsider que chegou ao poder se candidatando por um partido de aluguel, o *cambio 90*. Seu nome, Alberto Fujimori. Seu governo foi marcado, inicialmente, pelo avanço das reformas de cunho liberalizante e pela cassada as guerrilhas. Em 1992, diante de entraves encontrados pelo governo no congresso nacional, o presidente realiza uma espécie de autogolpe, dissolvendo o parlamento. Em seu segundo mandato presidencial, ocorreu uma crise na embaixada japonesa, invadida por guerrilheiros e

mantiveram os convidados de uma festa oficial enquanto cativos durante meses. No ano 2000, já em seu terceiro mandato, um grave escândalo de corrupção irrompeu no país quando o braço direito do presidente, Wladimir Montesinos, foi flagrado em vídeo recebendo dinheiro ilicitamente. A queda, fuga e posterior prisão do presidente Fujimori no exterior abalaram profundamente a credibilidade da política peruana, deixando traços indelévels a sua constitucionalidade democrática.

“Si bien este se origina (régimen político), sin duda, en un proceso democrático, los partidos políticos atravesaban un momento de profunda crisis, la economía sufría de hiperinflación y había un marcado crecimiento de la violencia terrorista, y este último punto le otorgó un considerable poder a las Fuerzas Armadas. Una vez en el poder y buscando fortalecer su posición, Fujimori fue “liquidando ante la opinión pública a los partidos e instituciones que disolverá el 5 de Abril de 1992” (Pease, 2003,p.173). Tras el golpe, nació un Congreso Constitucional Democrático que no cumplía con los estándares democráticos debido a sus límites y al poco apoyo electoral. Por tanto, el núcleo básico del gobierno estuvo basado en la relación entre el presidente de la República, Alberto Fujimori, y su asesor, Vladimiro Montesinos. A través de este último, se reconfiguró la cúpula militar para que esta sea favorable al núcleo de poder. Se estableció, así, una mafia efectiva, desde la cual se sobornaba y se chantajeaba a diferentes políticos y militares para que apoyaran al régimen. Se trató de un régimen cívico-militar: el gobierno se apoyó en las Fuerzas Armadas y, a su vez, les otorgó protección. (GARCIA & SOMMER, 2013 p.362)

Até os dias atuais, o sistema político peruano apresenta grande necessidade de se reformular, sua classe política está desacreditada, a população não se percebe representada e o país apresenta uma grave dívida social e grandes disparidades regionais. Mesmo com um governo como o do nacionalista Ollanta Humalla (2011-2016), o país não conseguiu romper com o ciclo neoliberal e apresenta graves problemas institucionais.

En esta larga historia siempre ha estado presente la resistencia de las poblaciones al Estado. La lucha de los pueblos, de las regiones, de las ciudades contra la dominación centralizada (...). Nación contra Estado: en otras palabras, relaciones conflictivas entre sociedad civil e instituciones políticas. En contra del monopolio oligárquico del poder, la sociedad civil recurrió a antiguas y nuevas organizaciones (...). Hay que repensar la democracia en el Perú. A su vez, la democracia exige repensar a la sociedad y a cualquier proyecto alternativo en su conjunto (...). En un país de extrema miseria es una cita subversiva. Democratizar el Perú significaría construir otro tipo de relaciones sociales y otra forma de organizar el poder. La democracia exige la revolucion social. (Galindo,1999.p.31-32).

Não seria exagero afirmar que a transição democrática peruana passou por um período de inflexão marcada pela década de Fujimori. Assim, sendo seu processo seria ainda muito mais recente datando do ano 2000. A transição ocorrida na década de 1980 já havia sido marcada pelos dilemas da crise econômica e do terrorismo, mas se não bastasse isto a experiência do Fujimorato representou um

regresso autoritário que ainda deixa sequelas. Seguramente, esta também não é uma experiência marcada por uma forte densidade democrática, muito pelo contrário, trata-se de uma trama frágil e superficial.

### 3. Considerações Finais

Como etapa fundamental de uma investigação mais ampla sobre a densidade democrática dos países estudados e sua relação com seu modelo de desenvolvimento econômico, este trabalho teve por objetivo realizar um mapeamento inicial sobre os aspectos político-institucionais que caracterizam a qualidade e estágio das democracias chilena, colombiana e peruana. Em um primeiro momento, é necessário sinalizar o momento da gênese destes regimes políticos, sua evolução, seus principais aspectos e obstáculos sinalizados em sua origem. Estes aspectos foram analisados brevemente com o intuito de desvendar algumas problemáticas atuais no que tange a densidade democrática destes países andinos. É visível, pelo relatado nas páginas anteriores, que para estes três países tivemos seus processos de transição para a democracia ou aprofundamento e extensão democrática, marcados por sérios problemas. Para o caso chileno é possível destacar o fato de que sua transição do regime autoritário para uma democracia se deu de maneira bastante comprometida pelo papel e impacto que as Forças Armadas e os grupos de direita relacionados ao regime anterior continuaram a manter. Constitucionalmente, trata-se da experiência com menos avanços, já que mesmo sob uma democrática, seu ordenamento jurídico é herança do pinochetismo. Mesmo o período da transição serviu, muito mais, para se criar novos privilégios de manutenção da nova classe política do que para o avanço real em termos democráticos daquele regime político. No que diz respeito ao caso Colombiano, tem-se um histórico problema com a questão do Estado, somando-se a isto um cenário de conflitos armados e violência política que duram algumas décadas. A aparente ordem democrática que vigorou durante a segunda metade do século XX, foi um simulacro que escondeu um regime semi-autoritário como o foi o da Frente Nacional. Os graves dilemas e problemas desta institucionalidade democrática pouca densa ainda persistem, constituindo-se em consideráveis obstáculos para a democracia colombiana atual. Por fim, no que tange o caso peruano tivemos o singular retrocesso autoritário civil representado pelo governo Fujimori após quase uma década do fim da ditadura militar. Os problemas de representação política, legitimidade das instituições, personalismo e autoritarismo político que já eram característicos da política peruana foram reforçados durante a década que Fujimori esteve no poder. Suas consequências foram dilacerantes para aquele regime democrático incipiente, pouco denso e bastante recente. Não é possível avaliar a qualidade das democracias destes países, seus dilemas e obstáculos institucionais e seus desafios quanto a participação política e o enfrentamento das alarmantes desigualdades sociais sem antes atentar para como se deu a inauguração de suas recentes experiências



democráticas. Perceber que este processo de redemocratização se deu em meio ao avanço ou a manutenção do modelo econômico neoliberal significa também perceber o duplo golpe sofrido por estas nascentes democracias, que deveriam conciliar as demandas cidadãs em termos políticos e socioeconômicos.

#### Referências Bibliográficas

AGÜERO, Felipe; TIRONI, Eugenio. ¿Sobrevivirá el nuevo paisaje político chileno?. Estudios Públicos, n 74, otoño de 1999.

BLEIER, Elisabeth Ungar; ARÉVALO, Carlos Arturo. Partidos y Sistemas de Partidos en Colombia hoy: Crisis o reordenación institucional? In: Kornblith, Mirian. Partidos Políticos en la región Andina entre la crisis y el cambio. 2004.

BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, Norberto (org.) Dicionário de Política. Brasília. Ed. UNB. 1998.

BOBBIO, Norberto. El Futuro de la Democracia. FCE. México D.F. 1986.

CUNNINGHAM, Frank. Teorias da Democracia: uma introdução crítica. Debates contemporâneos. Filosofia. Ed. Artmed. São Paulo. 2009.

DELGADO, Sergio. La evolución Político-Constitucional de Chile. Revista Estudios Constitucionales, año 6, n 2, 2008.

FILOMENO, Alfredo. Sistema Político y actores políticos en el Perú. PNUD. Lima. 2011.

GALDAMES, Osvaldo Silva. Breve História Contemporânea de Chile. . Fondo de Cultura Económica de Chile. Santiago. 2010.

GALINDO, Alberto Flores. La tradición autoritaria: Violencia y democracia en el Perú. SUR. Casa de Estudios del Socialismo-APRODEH, Lima, 1999. pp.21-73.

GARCIA, Henry Pease; SOMMER, Gonzalo Romero. La política en el Perú del Siglo XX. Fondo Editorial de la PUC Peru. Lima. 2013

GARRETON, Manuel Antônio. Revisando las transiciones democráticas en América Latina. Revista Nueva Sociedad, n° 148, Marzo-Abril, 1997, p.20-29.

GARRETÓN M., R. GARRETÓN. La democracia incompleta en Chile: la realidad tras los rankings internacionales. Revista de Ciencia Política, vol. 30, núm. 1, Pontificia Universidad Católica de Chile 2010, pp. 115-148.

GROMPONE, Romeo; BARRENECHEA, Rodrigo. Régimen político, improvisaciones institucionales y gobernabilidad democrática en Perú. in: TANAKA, Martin; JACOME, Francine (ed.). Desafíos de la Gobernabilidad Democrática. Reformas político-institucionales y movimientos sociales en la región andina. IEP. Lima. 2010.

HYLTON, Forrest. A Revolução Colombiana. Coleção Revoluções do século 20. Editora Unesp. São Paulo. 2009.

PACHON, Mónica. Reforma institucional en Colombia: el vía crucis por el equilibrio entre al gobernabilidad y la representación (1991-2006) in: TANAKA, Martin; JACOME, Francine (ed.). Desafíos de la Gobernabilidad Democrática. Reformas político-institucionales y movimientos sociales en la región andina. IEP. Lima. 2010.

PEASE, Franklin G.Y. Breve Historia Contemporánea del Perú. Fondo de Cultura Económica. México D.F. 2003.

PIZARRO, Eduardo; BEJARANO, Ana Maria. Colombia: Neoliberalismo moderado y liberalismo socialdemócrata. Nueva Sociedad. N.133. Sep-Oct, 1994. p.12-19.

RENIQUE, Jose Luis. A Revolução Peruana. Coleção Revoluções do século 20. Editora Unesp. São Paulo. 2009.

SARTORI, Giovanni. A Teoria da Democracia Revisitada. Ed. Atica. São Paulo. 1994

SIAVELIS, Siavelis. Enclaves de la Transición y Democracia Chilena. Revista de Ciencia Política, vol. 29, núm. 1, Pontificia Universidad Católica de Chile 2009, pp. 3-21.

SOLDEVILLA, Fernando Tuesta. El Sistema de los Partidos Políticos en el Perú 1978-1995. Fundación Friedrich Ebert. 1995.

TANAKA, Martin; VERA, Sofia. Entre la democracia elitista y los personalismos autoritarios: reformas institucionales y gobernabilidad democrática en la región Andina. in: TANAKA, Martin; JACOME, Francine (ed.). Desafíos de la Gobernabilidad Democrática. Reformas político-institucionales y movimientos sociales en la región andina. IEP. Lima. 2010.

TRUJILLO, Ricardo Arias. Historia de Colombia Contemporánea (1910-2010). Universidad de Los Andes. Bogotá. 2013.

VILLA, CARLOS ALBERTO PATIÑO. GUERRA Y CONSTRUCCIÓN DEL ESTADO EN COLOMBIA 1810-2010. Randon House Mondadori. Bogotá. 2013.

VITULLO, Gabriel E. As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 12, n° 12, Novembro, 2006, p. 348-377.

WINN, Peter. A Revolução Chilena. Coleção Revoluções do século 20. Editora Unesp. São Paulo. 2009.